

Memória Afro-diaspórica na sala de aula e o papel das Quitandeiras na economia de Desterro/SC do século XIX

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.18578121>

Felipe Casanova da Silva (História/Universidade do Estado de Santa Catarina)

E-mail: felipcasanovas@gmail.com

Resumo: A temática que será abordada se relaciona com o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira no ensino de crianças e jovens da educação básica. Se propõe apresentar a cidade de Nossa Senhora de Desterro (atual Florianópolis) do século XIX, a população afro-diaspórica e o papel das mulheres Quitandeiras na economia da cidade e oferta de alimentos à população e aos trabalhadores. Tais temáticas são apresentadas de forma didática e com uso de *site* criado com os conteúdos e imagens que representam a vida dessa população. Outros temas serão abordados como o conceito de diáspora africana, assim como a ligação com as abordagens do texto “Os Perigos de uma história única”. O artigo dialoga diretamente com a lei 10.639/2003 e tal conexão será aplicada para haver a valorização das populações afro-descendentes, o combate ao racismo e de preconceitos, garantindo uma pluralidade na representação dessas histórias no estado de Santa Catarina, desvinculando com a narrativa eurocêntrica de que o estado não se desenvolveu com uso de mão de obra escravizada e que foi somente com a imigração europeia e açoriana que se desenvolveu economicamente e culturalmente.

Palavras-chave: Lei 10.639/2003; Ensino de História; Historiografia de Santa Catarina; Diáspora Africana.

A lei 10.639/2003 e os perigos de uma História única na Educação Básica

A lei 10.639/2003 foi sancionada em janeiro do ano de 2003 durante o primeiro mandato do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, alterando a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional incluindo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas unidades de educação públicas e particulares. O conteúdo programado na lei incluiu os estudos da história do continente africano e suas populações, a luta da população negra no Brasil bem como o resgate da importância deste povo ao país nas áreas sociais, econômicas e políticas pertinentes à história do Brasil. Jeruse Romão (*apud* Rovaris, 2018) destaca que foi somente com a lei que as demandas dos movimentos negros foram atendidas. A lei avançou no sentido de instituir nas escolas brasileiras não somente o papel das culturas africanas na constituição do país, como também a dos seus descendentes ao longo da história. Contribuindo assim para romper com o currículo de tradição eurocêntrica que aborda tais conteúdos com um olhar estereotipado, quando não exclui da sala de aula.

De acordo com Adichie (2019, p. 10), a construção de visões estereotipadas sobre a África e sua população teve origem na literatura europeia do período das grandes navegações, no século XV. Nessa tradição narrativa, o continente africano e seus habitantes foram representados por meio de perspectivas racistas e mistificadas, o que posteriormente legitimou o eurocentrismo como paradigma universal a ser seguido.

Nesta questão, as escolas, gestores e professores possuem uma responsabilidade para agir frente a esses preconceitos visando a implementação da lei 10.639, possibilitando assim

um ambiente escolar livre de racismo e seguro para alunos e seus pares. O papel das escolas é o de eliminação da discriminação e emancipação dos grupos marginalizados. Os estereótipos acerca do continente africano aparecem frequentemente nas mídias com uso de imagens sobre seus territórios e as aulas de história possuem nesses casos o objetivo de criar empatia e sensibilidades a diferentes experiências. Para que isso aconteça é necessário ampliar e modificar a lente de olhar para o mundo.

Implementação da Lei 10.639/2003

A Lei 10.639/2003 foi um marco importante no ensino de história, no entanto, mesmo duas décadas depois, visões estereotipadas e racistas sobre o continente africano e seus descendentes ainda persistem, tanto no ambiente escolar quanto na sociedade em geral. Como a escritora Chimamanda Adichie (2019, p. 14) bem destaca, essas narrativas distorcidas têm raízes profundas no período colonial, que criou uma "história única" da África, retratada como um lugar pobre, "exótico" e inferior, apagando suas vastas e ricas contribuições para a formação de países como o Brasil. É justamente nesse contexto que o trabalho se insere. O objetivo deste texto é desconstruir esses preconceitos e oferecer uma abordagem crítica e plural para a sala de aula, de forma didática e com o apoio de um *site* criado especialmente para esse fim.

Tanto o texto quanto o site mostram como os africanos e seus descendentes não apenas sofreram com a escravidão, mas foram agentes ativos de sua própria história, reinventando culturas, influenciando a economia e organizando formas de resistência, com um olhar especial para contextos locais, como a cidade de Nossa Senhora do Desterro. A escola, como um espaço essencial de formação cidadã, tem o dever de combater o racismo estrutural e promover uma educação antirracista, conforme prevê a própria lei. Levar esse debate para os alunos da educação básica é um passo crucial para valorizar outras culturas, combater a desinformação e fomentar a empatia histórica. Significa, acima de tudo, mostrar que a população negra não foi apenas vítima, mas protagonista de suas próprias narrativas.

Diáspora Africana e Nossa Senhora do Desterro no século XIX

O texto tem como objetivos centrais discutir o Ensino de História e, mais especificamente, abordar a presença das populações de origem africana, seu cotidiano e seu

papel na economia da cidade de Nossa Senhora do Desterro no século XIX e levar o conceito de Diáspora Africana para as salas de aula. Ao estudarmos a Diáspora Africana, é fundamental valorizar e mostrar aos alunos e alunas sua pluralidade, destacando as diversas relações que essas populações mantiveram com outras ao longo dos processos históricos. O Conselho Nacional de Educação (CNE), em parecer aprovado em maio de 2004, ressalta a importância de abordar a diáspora como um objeto de estudo, reconhecendo sua formação histórica e cultural no Brasil. Stuart Hall (2003) definiu o termo como um processo constante de transformações culturais e de redefinição de pertencimento e de identidades/identificações. Isto significa dizer que, em um contexto afro-diaspórico, africanos e africanas reinventaram seus modos de ser e fazer, tornando as identidades múltiplas, pois, junto ao sentimento de pertencimento à terra de origem e ao que isto significa para o indivíduo, emergiram outras identidades e transformações do movimento da diáspora e do contexto em que foram inseridos (HALL, 2003, p. 44 apud ROVARIS, 2019, p. 16).

Segundo Mortari (2013, p. 2), às experiências de desenraizamento, deslocamento e inserção dos africanos e africanas em um novo contexto resultaram em um processo de reinvenção de identidades e culturas. Podemos afirmar que essa é uma das razões essenciais para abordar o tema em sala de aula, mostrando assim que essa população conseguiu se reinventar em um novo continente, influenciando nossa cultura, culinária e, principalmente, a economia nacional. Falar sobre essas outras histórias na sociedade atual, rodeada de notícias falsas e de um racismo escancarado e praticamente impune nas redes, significa posicionar-se contra narrativas racistas, eurocêntricas e preconceituosas.

Nossa Senhora do Desterro era uma pequena cidade, cercada por morros e cortada por alguns riachos e fontes de água. O texto propõe evidenciar que essa pequena cidade foi um espaço onde populações afro-diaspóricas desempenharam um papel crucial na economia, cultura e culinária local, especialmente após seu crescimento e a construção do primeiro mercado público, em 1851. Além disso, segundo a autora, o porto e as ruas da cidade eram os locais de convívio e sobrevivência dessas pessoas. Era comum ver quitandeiras de origem africana ou brasileiras circulando pelas ruas vendendo quitutes em tabuleiros; outras lavavam roupas nos inúmeros córregos e fontes de água ou cozinhavam e cuidavam de suas crianças e das de seus senhores. Os homens africanos e crioulos carregavam e vendiam suas

mercadorias pelas ruas e no porto, por trabalho ou ganho. Alguns ainda se envolviam em atividades marítimas como armadores e mestres de embarcações (MORTARI, 2013, p. 6).

Neste período, a cidade passava por um amplo processo de crescimento, com novas edificações e melhorias em sua infraestrutura, reformas essas realizadas por inúmeros trabalhadores de origem africana. Em 1832, dentro de seus limites, havia 29 quarteirões e uma população de cinco mil pessoas, entre escravizados e libertos. Já em 1866, eram 41 quarteirões, 852 prédios de moradias, além de edifícios públicos. E, em 1871, 1542 edificações, das quais 151 eram sobrados, 31 assombrados e 1320 casas térreas. Estavam em construção o teatro, o quartel da polícia e o quartel das forças de depósitos (VEIGA, 1993, p. 78; 80 apud MORTARI, 2013, p. 7). Em 1851, foi inaugurado o prédio do Primeiro Mercado Público de Desterro, capital da província de Santa Catarina. Esse movimento também ocorria em outras regiões, e sua construção já era discutida desde a década de 1830 (POPINIGIS, 2012, p. 13). Um dos principais motivos para erguer o mercado era a grande presença de africanas quitandeiras vendendo seus produtos pelas ruas e na Praça da Matriz, concentradas no comércio ambulante.

No caso de Desterro, essas mulheres eram frequentemente vistas como incômodo, e sua presença era considerada desagradável e destoante da imagem de "cartão postal" que o presidente da província desejava. Segundo Popinigis, havia uma polêmica sobre a remoção das barraquinhas de venda de gêneros alimentícios na Praça da Matriz (localizada em frente à igreja). O local também era conhecido como Praça do Mercado, onde os gêneros que ali eram vendidos desembarcavam. A polêmica continuou durante a década de 1830, e as barraquinhas chegaram a ser removidas em 1834, mas a lei não foi cumprida. Já o porto de Desterro tinha inicialmente a função de abastecimento de navios e defesa militar. A falta de condições técnicas não permitia a entrada de embarcações de grande porte, e o tipo de gêneros produzidos na província fez com que o Rio de Janeiro se tornasse o maior centro abastecedor de Santa Catarina. Ao longo dos séculos seguintes, o porto desempenhou uma importante função comercial devido à sua localização, recebendo produtos de outros portos da Província de Santa Catarina e do Brasil, sendo responsável por mais de 60% das exportações provinciais, além de servir como local de trânsito para colonos, soldados e missionários (BRÜGGEMANN 2008, p. 5). Os produtos exportados pelo porto eram madeira, aguardente, arroz, couro, peixe e mandioca, vindos de pequenas propriedades açorianas. As mercadorias

comercializadas no porto eram trazidas por comerciantes e escravizados, que navegavam em bergantins, pequenos navios a remos de fácil manobra, e canoas. Os produtos vinham de todas as freguesias da ilha de Santa Catarina, mas a movimentação de grandes navios de comércio ainda não era constante.

As quitandeiras de Desterro

Em Desterro, a presença das quitandeiras era uma cena comum e vital nas ruas. Eram majoritariamente mulheres, muitas delas africanas ou de ascendência africana, que desempenhavam um papel fundamental na produção e na venda de alimentos para a cidade. Na segunda metade do século XIX, a produção de quitandas era frequentemente caseira. Os alimentos eram preparados nas próprias casas dessas mulheres e depois comercializados na Praça da Matriz, nas ruas e posteriormente no primeiro Mercado Público. Essas quitandeiras, juntamente com os pombeiros (vendedores ambulantes), não eram apenas figuras pitorescas; elas eram peças-chave na economia local. Garantiam o abastecimento de alimentos frescos e variados para a população e foram essenciais para a rica diversidade cultural e gastronômica que temos hoje, incorporando e difundindo sabores e técnicas de origem africana e indígena.

Os números comprovam a importância dessas mulheres. Fabiane Popinigis (2012, p 23 - 24) mostra que, no primeiro ano de funcionamento do Mercado Público (entre julho de 1850 e julho de 1851), das 63 pessoas que pagaram impostos como pombeiro ou quitandeiro, 37 eram homens e 26 eram mulheres. Porém, em 1854, a presença feminina já era dominante: dos 23 espaços de quitanda no mercado, em média 20 eram ocupados por mulheres e apenas três por homens. Esses dados não apenas confirmam a significativa participação feminina, mas também sugerem uma concentração das mulheres no comércio fixo dentro do mercado, enquanto os homens podiam atuar mais na mobilidade do pombeiro.

No caso de Desterro, as quitandeiras, apesar do serviço prestado, são frequentemente citadas como estorvo, ou ao menos como presença desagradável e destoante da imagem de cartão postal que homens como o Marechal Antero Ferreira de Brito, presidente da província de Santa Catarina entre 1841 e 1848 tinham em mente para as capitais das províncias do Império. Em 1842, o dito presidente chegou a atribuir o que considerou como os baixos índices de criminalidade de Santa Catarina ao número relativamente pequeno de escravos no total da população. Por isso, seis anos depois, no relatório de 1848, ele sugeriu que se acabasse com o imposto (mísero) de 5\$000 réis sobre cada escravo que saísse de Santa Catarina e que, ao contrário, fosse oferecido o prêmio de 10\$000, ao proprietário, para cada

escravo vendido para fora “para cá nunca mais voltar”. Se podemos enxergar em seu ato o germe da visão que até hoje predomina a respeito da ausência de população afrodescendente no Estado, é possível também ver nele um forte indício da importância da escravidão na cidade naquele momento (Popinigis, 2012, p. 8)

Com a construção do novo Mercado Público no final do século XIX, as tradicionais quitandeiras foram gradualmente excluídas desse espaço formal. Essa exclusão faz parte de um imaginário que buscou retratar Santa Catarina como o "estado mais branco do Brasil". A memória construída sobre as origens do novo Mercado buscou então celebrar a presença açoriana e dos colonos alemães na região, apagando completamente o papel central dos africanos e seus descendentes na formação da cidade. Essa tentativa de apagamento, porém, não significou o fim dessas trabalhadoras. Como ressalta Popinigis, longe de desaparecerem, os trabalhadores negros continuaram a comercializar seus produtos e a lutar por seus direitos, resistindo à marginalização e reafirmando seu lugar na economia e na vida social de Desterro e posteriormente Florianópolis. Suas lutas eram e ainda são diárias, travadas não só pela sobrevivência, mas também pelo reconhecimento de seu direito à cidade e ao seu próprio sustento.

Populações afro-diaspóricas na historiografia de Santa Catarina

A historiografia tradicional do Brasil e de Santa Catarina, influenciada por uma visão eurocêntrica, frequentemente ignorou, e ainda ignora em grande parte, o papel fundamental das populações afro-diaspóricas no desenvolvimento econômico e cultural de cidades como Nossa Senhora do Desterro. A Lei 10.639/2003 surgiu exatamente para corrigir essa distorção, mas sua implementação ainda esbarra em desafios, sobretudo em regiões onde persiste o mito do "branqueamento". Um dos maiores obstáculos é, justamente, descolonizar os currículos escolares.

Como bem alerta a educadora Nilma Lino Gomes (2012), já é amplamente reconhecida a rigidez das grades curriculares, o excesso de conteúdo desconectado da realidade, a falta de diálogo entre a escola e a sociedade e a urgência em formar professores reflexivos para lidar com as culturas que foram sistematicamente silenciadas. Esse silenciamento alimenta o que a escritora Chimamanda Adichie chama de "perigo de uma história única". Quando as escolas perpetuam uma narrativa sobre a África centrada apenas na pobreza ou no exotismo, elas roubam a dignidade dos povos africanos e apagam suas

vastas contribuições para a civilização. É preciso contrapor a isso a noção de Diáspora Africana, que, segundo o teórico Stuart Hall (2003), foi um dinâmico processo de ressignificação cultural, um fenômeno que também moldou Nossa Senhora do Desterro.

Pesquisadoras como Fabiane Popinigis e Cláudia Mortari trazem à tona essas histórias. Popinigis demonstra como as quitandeiras africanas, mesmo excluídas da historiografia oficial, eram centrais para a economia de Desterro, desafiando a imagem de uma cidade exclusivamente açoriana. Já Mortari evidencia que a presença negra era maciça nos espaços urbanos, sendo essa população crucial para a cultura, a religião e a economia local.

Enquanto a maioria dos estudos sobre a diáspora africana se concentra no eixo Rio-Salvador, este texto revela como Desterro, uma pequena cidade do século XIX, foi um importante espaço de resistência e reinvenção cultural negra. O Mercado Público e o porto eram alguns dos importantes espaços onde africanos e seus descendentes atuavam como agentes econômicos ativos, e não como figuras passivas. A economia de Desterro no século XIX, embora tradicionalmente associada à imigração, foi profundamente sustentada pelo trabalho negro. A escassa disponibilidade de materiais baseados nessas pesquisas para uso em sala de aula reforça a urgência de recursos como o *site* desenvolvido para este texto, que tem como objetivo preencher essa lacuna. Essa ferramenta materializa as discussões, reunindo fontes iconográficas e textos que contestam a invisibilidade negra em Desterro, oferecendo a professores e alunos um recurso concreto e alinhado aos objetivos da Lei 10.639/2003.

Metodologias

Há no texto a combinação de pesquisa histórico-documental e desenvolvimento de recurso didático digital, trata-se de um estudo que procura reconstruir aspectos da presença afro-diaspórica em Nossa Senhora do Desterro no século XIX, produzindo e disponibilizando um *site* educativo como ferramenta de implementação da Lei 10.639/2003. Sendo os critérios de Seleção de conteúdo: priorizar fontes que evidenciem o protagonismo negro na região podendo servir de contraste com narrativas onde afirmam que esse protagonismo não ocorreu na região. No uso educacional o *site* tem como método o uso de fontes históricas como textos, gravuras, fotos e imagens da época.

Imagem 1: Página inicial do site Desterro Pelo Tempo



O site “Desterro Pelo Tempo: História e Cotidianos no século XIX” foi desenvolvido no trabalho como recurso didático para divulgar conteúdos sobre história afrodescendente a alunos (as) da educação básica, com linguagem acessível e fontes iconográficas. A plataforma utilizada para a elaboração foi o Canva, uma plataforma de design gráfico que permite aos usuários criar gráficos de mídia social, sites, apresentações, infográficos, pôsteres e outros conteúdos visuais. Entre os critérios para seleção de conteúdos está a base em diretrizes da Lei 10.639/2003, fontes previamente analisadas e imagens, pinturas e gravuras do século XIX o público-alvo são professores (as), alunos (as) e também pessoas de fora do âmbito educacional que tenham interesse na temática. Site está disponível em: <https://desterropelotempo.my.canva.site/>

Imagem 2: Aba Educação do site Desterro Pelo Tempo



Espera-se que o site “Desterro Pelo Tempo: História e Cotidianos no século XIX” sirva como apoio para professores e alunos, democratizando o acesso a materiais sobre história afrodescendente no estado de Santa Catarina. Tais materiais pretendem preencher algumas lacunas ainda persistentes sobre a temática afro-diaspórica no estado. Para alunos espera-se que o material gere consciência histórica, mostrando a população negra como agente ativo na construção de Desterro, para professores o site oferece recursos prontos para aulas sobre diáspora africana e o cotidiano da população alinhados à Lei 10.639/2003. Como produto feito apenas para a elaboração deste trabalho, a não implementação do site em sala de aula impede (por ora) a avaliação de seu impacto real no aprendizado.

Considerações finais

As ideias presentes neste artigo, buscam destacar o protagonismo da população afro-diaspórica na economia, na cultura e no cotidiano catarinense, desconstruindo a

"narrativa única", como alerta Chimamanda Adichie, que reduz a presença negra à escravidão, mostrando, na verdade, sua influência ativa na formação da sociedade catarinense. As pesquisas na área deixam claro que africanos e seus descendentes foram fundamentais para o desenvolvimento urbano de Desterro, atuando como quitandeiras, trabalhadores portuários, artesãos e navegadores.

Para suprir a carência de materiais acessíveis sobre a temática foi criado o site "Desterro Pelo Tempo". A ferramenta reúne fontes históricas, imagens e textos que auxiliam professores e alunos no esforço de descolonizar o currículo, tornando visíveis as trajetórias que foram silenciadas. Apesar de a Lei 10.639/2003 representar um avanço crucial na luta por uma educação antirracista, sua plena aplicação ainda esbarra em obstáculos, sobretudo em regiões onde persiste o mito do "branqueamento" histórico.

Reconhecer e ensinar essas histórias é, portanto, um passo fundamental no combate ao racismo e na construção de uma sociedade verdadeiramente justa e plural. O site desenvolvido, assim como as discussões aqui apresentadas, busca não apenas informar, mas inspirar mudanças pedagógicas que garantam a efetividade da lei e a valorização das múltiplas narrativas que formam a história do Brasil.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: CNE, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 20 mar. 2025.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Companhia das Letras, 2019.

BRÜGGEMANN, Adelson André. **Ao poente da Serra Geral**: a abertura de um caminho entre as capitanias de Santa Catarina e São Paulo no final do século XVIII. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008. 198 p.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro e educação**: resignificando e politizando a raça. Educação & Sociedade, v. 33, p. 727-744, 2012.

MORTARI, Claudia Mortari. **Os Homens Pretos do Desterro**: um estudo sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1841 - 1860). Itajaí: Casa Aberta, 2011.

MORTARI, Cláudia. **Construindo vidas na diáspora**: os africanos na cidade de Desterro, Ilha de Santa Catarina, século XIX. 2013.

POPINIGIS, Fabiane. **Aos pés dos pretos e pretas quitandeiras**: experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro Mercado Público de Desterro (Florianópolis) e seus arredores (1840-1890). Afro-Ásia, n. 45, 2012.

ROVARIS, Carolina Corbellini. **Nos rastros de sujeitos diaspóricos**: narrativas sobre a diáspora africana no ensino de história. Curitiba: Appris, 2021.